

médias que pretendem, com o diploma, a aquisição de um requisito cada vez mais necessário, embora não suficiente, para a ascensão social no interior das burocracias' públicas e privadas.

## DEBATES DO PLENÁRIO

*Pergunta de Eduardo Rodrigues da Cruz, aluno da Pós-Graduação, IFUSP:* Acho que o Luís arranhou muito de leve a ascensão social da classe média, o que é muito importante em qualquer análise de ensino médio ou superior. Ele falou, por exemplo, sobre a função do Estado como regulador de certas distorções, como esse desejo de ascensão. Penso que o que está acontecendo é uma contradição entre essa pretensa função do Estado, como regulador de tendências educacionais distorcidas, e a prática da política educacional do Governo, inserida no modelo de desenvolvimento adotado, e que atende a uma estrutura social de cunho nitidamente capitalista, induzindo a uma forte concentração de renda — como tem acontecido nestes últimos anos — o que causa, fatalmente, esse desejo de ascensão na classe média. Resumindo, num governo plutocrático que causa opressão em classes menos favorecidas, vai sempre estar associado esse forte desejo de ascensão social e econômica. Se o Estado deseja funcionar como regulador de tendências, ele deve, em primeiro lugar, remover essa contradição.

*Resposta de Luís Antônio Cunha, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro:* Na verdade não acho que isso seja contraditório. Isto é, o Estado não tem essa pretensa função. Ele a assume porque detem o poder e isso não é uma contradição. O Estado regula conforme a ideologia que preside a interpretação da realidade social. Neste nível não há contradição na política educacional do Estado. Agora, é importante você dizer que eu só *arranhei*. Você tem razão e eu acredito que a análise precisa ser completada, mas não por

aí. A concentração de renda é um mero resultado. Houve um fato muito importante na própria política econômica do Estado a partir da 2ª Guerra Mundial que determinou esta demanda das camadas médias por ensino superior. Não foi concentração de renda e sim, basicamente, a unificação do mercado nacional. Antigamente existiam mercados regionais no Brasil; havia o mercado isolado, digamos, do Nordeste, do Sul do país ou de diversos locais do Centro. Em cada mercado eram produzidos bens e serviços que tinham vigência de troca apenas num perímetro reduzido. Então o Nordeste fabricava sapatos, tecidos, produtos alimentares, etc., ou, por exemplo, serviços como o de cantador. Este mercado era predominantemente artesanal e estava a salvo da concentração da concorrência das indústrias do Centro-Sul. Bem, houve uma política do Estado de construção de estradas, de subvenção de redes nacionais de rádio e TV. Toda essa política econômica do Estado determinou o deslocamento dos canais de ascensão para a classe média. Se antes os indivíduos das camadas médias tentavam ascender através da acumulação inicial de capital e da sua reprodução num pequeno negócio — abrir uma barbearia, uma fábrica de sapatos, a prestação de um serviço individual — isto ficou cada vez menos possível, na medida em que as empresas de porte médio ou grandes do setor Sul venciam uma concorrência no mercado nacional, já unificado. Desse modo a Única possibilidade que resta para os indivíduos da camada média é a ascensão dentro da burocracia destas empresas, que ficam grandes ou já nascem grandes. Ou então através da própria burocracia do Estado, que cresce e se diferencia para implementar essa própria política econômica. Antes a ascensão social era possível através da abertura de uma pequena quitanda e com o crescimento dessa quitanda, que abria uma filial, etc. A acumulação de capital por essa via é cada vez mais improvável na medida em que as redes de supermercados já existem. Agora o filho do quitandeiro, provavelmente, vai pretender a ascensão na hierarquia, ou seja, ser gerente de um supermer-

cado. Ou também pode ser economista de uma repartição pública, que faz estudos de mercado e seleciona subsídios aos supermercados que destruíram o negócio do pai. Acho que esse deslocamento dramático dos canais de ascensão para as camadas médias é determinante no crescimento da demanda no ensino superior. Creio que a concentração de renda incide principalmente sobre os setores mais amplos da população, que estão fora do ensino médio. Se você quiser uma análise mais ampla da política educacional como um todo, incluindo o ensino de 1º grau e o não-ensino, você tem que incluir a classe trabalhadora nesse esquema de análise. Então o problema de concentração de renda é mais importante. Falar de ensino médio é falar das camadas médias e a realidade econômica que interessa é o deslocamento dos canais de ascensão.

*Pergunta de Silvia Pompéia Abramo, IFUSP:* Dentro desta perspectiva, a criação dos cursos de curta duração teria várias conseqüências: uma delas seria, por exemplo, a imolação do professor. O professor será, cada vez mais, encarado como uma pessoa de nível baixo, com má atuação profissional. Portanto, vai ganhar cada vez menos e será cada vez mais desvalorizado socialmente.

Segundo a Profª Guaracira, a possibilidade de melhorar o ensino médio estaria na formação do professor, na sua qualidade e portanto ele deveria receber mais e ser mais valorizado. Assim tudo cai por terra. A conclusão parece ser que o ensino médio tende a ficar cada vez pior, se as coisas continuarem nesta mesma linha. Além disso há outras conseqüências apontadas pela Profª Vanessa, ontem, como a grande redução de pesquisadores e bacharéis nas áreas de Ciências Humanas, que não iriam aguentar a concorrência destas pequenas licenciaturas. Dentro desse quadro, qual deveria ser a nossa atuação? O que deveria ser sugerido ao professor universitário ou pessoas responsáveis como atuação em uma eventual criação ou não criação destes cursos de

licenciatura? E, finalmente, propor outros caminhos de ascensão social, isto é, aconselhar às pessoas que não sejam professores simplesmente para ter o diploma, porque educação é uma coisa muito séria? Vamos permitir que o pessoal tenha diplomas mil, à custa da imolação do professor? Qual deveria ser a atuação responsável de professores que estão se dedicando ao ensino, que estão pretendendo formar professores?

*Resposta de Luíz Antônio:* Olha, eu sou absolutamente incompetente para responder isto. Incompetente porque eu não sou professor de Física, e é esta a primeira questão. Em segundo, a tentativa que estou fazendo é analisar, descobrir qual é a lógica que preside o funcionamento da política educacional. É um esforço que toma certo tempo, de modo que não estou me dedicando a isto. Além do mais, por uma questão de princípio, acho que não devo dizer mesmo que tivesse uma iluminação qualquer e este não é o papel de um sociólogo, não devo dizer o que as pessoas devam fazer. Se o sociólogo pode fazer algo, é tentar elevar o nível de consciência das pessoas, para ver quais são os processos que presidem a ação delas. Eu acho que vocês, na área de Física, têm, mais do que outras categorias profissionais da burocracia do sistema de ensino, condições positivas para descobrir estas respostas. Por exemplo, a importância que vocês têm dentro da SBF é muito mais do que os sociólogos sonham ter algum dia.

*Resposta de Vanessa Marri, Minas Gerais:* Bem, eu não sou socióloga, sou educadora, e atualmente bastante comprometida com os programas obrigatórios para as universidades. Depois da Resolução 30 tivemos a Indicação 46 que obriga as universidades, até 78, a se enquadrarem no esquema da Resolução, e disciplina a formação de professores na área de Ciências. Acho que o pessoal ligado à universidade e à formação de professores deve fazer alguma coisa, mas, concretamente, não sei o quê. Antes temos que discutir mais pro-

fundamente o que é a proposta de formação de professores, levantar os seus pontos críticos e deficientes e desmascarar o envólucro pedagógico que a proposta tem, isto é, discutir a fundo o que significa Ciência integrada, discutir a fundo o que significa formar um professor polivalente. Em vez de quebrar a cabeça para descobrir uma fórmula para formar o professor integrado, pelo menos deveríamos tentar mostrar que isto não é bom. Acho que as grandes universidades devem tomar uma posição, clara e, se possível, também a SBF em relação à proposta, pensar no que significa o profissional que vem aí. Acho que é o mínimo a ser feito,, em termos urgentes.

*Resposta de Guaraciara Gouvêa de Souza, Rio de Janeiro:* Eu queria acrescentar que, no final da minha exposição, fiz questão de acentuar que deveríamos deixar de fazer trabalhos individuais. Os professores formam uma categoria que trabalha individualmente, talvez pela própria situação profissional. Ele dá aula aqui, lá e acolá, e talvez por isso, e a partir daí, não constrói um organismo qualquer em que ele pudesse discutir todos esses aspectos e propor formas de solucionar. Então temos que discutir a fundo, precisamos criar um grupo de trabalho que atue, pois existem muitos que não atuam. Essa foi uma sugestão que fiz à SBF, que existisse um grupo de trabalho fixo para estudar os problemas do ensino médio. Não há uma solução imediata. O caso é desmascarar.

*Pergunta de Sílvio Brock, Rio de Janeiro:* O Prof. Luís considera que a Lei 5.692 é paradoxal, ou seja, ela dá início, dá um caráter terminativo e posteriormente, através dos Pareceres, dá um caráter continuativo, incentivando as disciplinas de cultura geral. Acho que é muito cedo para julgar esta lei. Creio que, através destes Pareceres, a lei procura minorar defeitos que ela mesma apresenta. Para ser analisada em seu conteúdo integral precisamos de pelo menos 20 anos. É uma lei que aborda o 2º grau, e abordando o

2º grau ela cobre oito anos do 1º grau mais três do 2º. Agora, acho que quando se deu o caráter terminativo à Lei 5.692, foi porque o número de vagas para o ingresso numa faculdade era bem inferior ao número de candidatos. Assim uma grande quantidade de candidatos ficava sem nenhuma profissionalização e se submetia a empregos com remuneração irrisória, mesmo que estes não viessem de encontro aos seus objetivos.

*Resposta de Luís Antônio:* Primeiro, não se deve esperar que uma política educacional mostre seus efeitos para ser analisada. Os efeitos da política educacional começam a aparecer no momento em que ela é formada, isto é, quando da elaboração de seus mecanismos. É preciso começar a discutí-la a partir daí. No Brasil não foi, por razões particulares de conjuntura política da época. Esse tipo de raciocínio creio que não procede, pois é utilizado pelo Estado para defesa da própria política educacional. A política educacional deve ser discutida, quando não há impedimentos outros, desde o início de sua formulação. Este tipo de desculpa é dado pelo Estado para fazer com que as pessoas não discutam logo, "esperem mais 11 anos". Deveríamos ter começado a discutir a reforma no ensino médio não em 71, mas em 68, quando a reforma do ensino superior determinou a reforma do ensino médio. É lá que deveríamos ter começado. Em segundo lugar, não me parece válida, de modo algum, a desculpa ou a explicação que o próprio Estado dá para a política de profissionalização. Não é a habilitação profissional que aumenta o salário de ninguém. Isto é um fato conhecido pela lei econômica. Se o número de médicos aumenta, por melhor que seja a formação deles e mantidas determinadas condições constantes, o seu salário cai, pode cair abaixo do salário de um servente. No Brasil isto não acontece porque há corporações de tipo medieval que controlam bastante bem o mecanismo de formação de profissionais, como também o próprio salário pago. Entretanto, deixando livre o mercado, se aumentar o número de profissionais, o salário

destes cai. É uma lei elementar: oferta e procura. Não me parece que esta explicação oficial tenha qualquer validade.

*Intervenção de Silvío:* Eu não disse que não se deve mexer na Lei, tanto que os Pareceres aí estão para minorar os efeitos negativos. Quanto ao problema da oferta e procura creio que para as empresas é melhor contar com um profissional já treinado do que ter de fazê-lo dentro da própria empresa.

*Resposta de Luís Antônio:* Acontece que nenhum sistema escolar pode saber que tipo de mão-de-obra a empresa necessita. Se é possível, em termos abstratos, ter uma idéia do perfil de mão-de-obra, este perfil é muito superficial para permitir o planejamento da formação detalhada. Nós sabemos que na formação de pessoal de nível superior a amplitude das diferenças profissionais é aprendida no trabalho. Isso ocorre também com profissionais de nível médio. É claro que, para determinadas ocupações específicas, é possível saber, de antemão, que tipo de habilidades estes senhores precisam ter. Para alguns tipos isto já vinha sendo feito no Brasil. Uma escola técnica têxtil seria suficiente para o Brasil inteiro. Para o técnico deste tipo, a formação é previsível, mas isto não é possível para uma força de trabalho de 29.000.000 de pessoas. É uma impossibilidade técnica e teórica. Teórica, porque as escolas começam a formar, hoje, o currículo para ser aplicado amanhã, para as vítimas ingressarem no mercado de trabalho depois de amanhã. E a avaliação deste currículo só se processará depois do estrago feito.

*Pergunta não identificada ao Prof. Peixeira:* Quando a Prof. Vanessa fez sua exposição via-se nitidamente o excesso de cursos profissionalizantes na área terciária e a carência na área primária. De acordo com a lei de oferta e da procura, isto dará margem à falta de mão-de-obra em certos setores e a excessos em outros. O que se vê em determinadas

idades são certas escolas, com autorização de órgãos superiores, Conselhos Estaduais, oferecerem cursos de Secretariado, de Contabilidade, Assistente de Administração. Às vezes esta escola se situa em uma cidade eminentemente agrícola, ou numa cidade praiana onde se pratica a caça e a pesca. Assim a escola não atende às necessidades da região. Em segundo lugar, o aluno formado ali vai procurar os grandes centros. Não haveria possibilidade de controlar isto e só permitir a criação de cursos de acordo com a região?

*Resposta de Antônio de Souza Teixeira, São Paulo:* Sua pergunta parece se referir à possibilidade de intervenção estatal neste sentido. Uma reforma educacional só se pode fazer com planejamento. O planejamento tem que levar em conta coisas deste tipo. Eu concordo quando o professor diz que é difícil fazer um planejamento em termos de mercado de trabalho onde haja taxa de retorno, mas deve ser tentado. Implantar o ensino profissional por decreto não dá certo. Por exemplo, em toda a África não se conseguiu, até hoje, instituir o ensino agrícola, e não há continente mais agrícola do que a África. Há relatórios da UNESCO que documentam essa dificuldade. Eles chegam a pôr em dúvida se isso deva ser feito através da escola. No Brasil, apesar dos grandes recursos dirigidos nesse sentido, em 1970 havia 8.000 alunos matriculados em ensino agrícola e pouco mais de 1.000 conclusões de curso. Aí cabe um planejamento que deve ser estatal e, não como agora, ficar na mão de entidades privadas. No caso da Lei 5.692, a parte educacional foi planejada mas não há mecanismos para a execução da Lei, e não haverá enquanto o Estado não interferir.

*Pergunta de Fuad D. Saad, IFUSP:* Pudemos constatar duas tendências nos debates de hoje: uma preocupação acentuada com aspecto social do problema educacional e uma preocupação técnica. A primeira em relação ao que a Professora abordou, a diminuição do mercado de trabalho. Devemos colocar esta questão com algum cuidado para que não se exagere, uma



vez que cada classe continua tendo o mesmo número de aulas, portanto, quando falarmos em diminuição do mercado de trabalho, devemos falar para o professor de Física, em particular. Há 15 anos atrás, o então 1º ano do 2º grau, tinha de 25 a 27 aulas, e continuam tendo o mesmo modo. Se aceitarmos os gráficos do Prof. Teixeira, e ele declinou a fonte, devemos afirmar que o mercado de trabalho, para o professor em geral, sofreu uma verdadeira explosão. Em segundo lugar, não vamos conseguir grandes coisas com reformas metodológicas. Algo me chamou a atenção na estatística do Prof. Teixeira. Parece-me que ele havia dito que 15 milhões de brasileiros estão no 1º grau, e no 2º grau cerca de 1 milhão e meio — dados de 1971. Segundo Teixeira, temos uma população de 22 milhões no 1º grau, e no 2º não chegamos a 10% disto. Parece-me que, em questão de ensino, a problemática se situa prioritariamente no 1º grau. Portanto não creio que o problema fundamental da reforma educacional seja o ensino de Física. Foi enfatizado que a Lei 5.692 não atingiu os seus objetivos, porque foi feita de cima para baixo e não atingiu uma realidade social.

As reformas que seguramente virão, e virão de muitos educadores, de muitas instituições, creio que deverão ser feitas basicamente sob pressão da situação sócio-econômica do país e não de reformas pedagógicas de didatas. Este mercado de trabalho fatalmente extravasará para as escolas, forçando a criação dos profissionalizantes para a formação da mão-de-obra necessária para a manutenção da riqueza nacional. As formas metodológicas, se pretende, aprimorarão ou acelerarão este processo, mas o mecanismo básico é sócio-econômico e se não houver um mecanismo de mobilidade social, creio que estaremos falando coisas sem nenhuma profundidade.

*Resposta de Guaracira:* Mesmo que a questão de metodologia possa parecer pouco importante para a senhor, é graças a ela que podemos, em nosso Estado, salvar algumas aulas. Eu

não acho que a educação vai melhorando a metodologia e os objetivos, e eu vou melhorar as condições do Brasil. Disse que, se mudarmos esses aspectos, faremos com que os alunos pensem muito mais do que estão pensando hoje. Acho que educação não resolve o problema do Brasil. A Física não vai salvar o Brasil. Houve em nossa apresentação uma divisão de temas e a mim coube a parte de metodologia. Se você acha que nós não levantamos o aspecto econômico antes, podemos fazê-lo agora. Acho que discordamos na forma como encaramos a metodologia, ou seja, o que você entende por metodologia e o que eu entendo.

*Pergunta de Mario Mattos Rocha, Universidade Estadual de Maringá, Paraná:* Gostaria de perguntar se a Pós-Graduação é um sistema de auto-proteção dos cursos superiores, tal como o mencionado pelo Prof. Luís, e a respeito dos planos de capacitação profissional que a CAPES e o DAU vêm fazendo.

*Resposta de Luís Antônio Cunha:* O Pós-Graduação é o mesmo que uma linha de defesa ainda mais recuada, mais ainda no núcleo da cidade. As estatísticas mostram que o ensino superior de 64 para cá cresceu bastante e ainda mais a partir de 68, e vários mecanismos fizeram com que a qualidade da formação decrescesse bastante. Se tínhamos antes uma quantidade pequena de alunos que ingressavam no ensino primário e chegavam ao ensino superior, coisa de 1%, já existe agora perto de 6%. Na medida em que aumenta o número de pessoas com diploma, o valor econômico e simbólico dos diplomas cai. A capacidade que este diploma tem de se transformar em renda fica cada vez menor. Não é só efeito do número, mas da maneira como é feita a seleção. Houve uma mudança na política educacional de 68, 69 para cá, foi a instituição do vestibular classificatório. Os alunos passaram a ingressar na medida da disponibilidade das vagas. Essa medida procurou eliminar a figura do excedente, que tanto atrapalhava a política educacional. Como o ensino particular cresceu a taxas tremendamente mais elevadas de 68 para

cá, essas escolas de pior qualidade foram que passaram a admitir alunos de pior qualidade acadêmica. Significa que eram os alunos que tinham feito o curso médio de pior qualidade. Essa má qualidade do ensino médio junto com a má qualidade das escolas, produzia pessoas que possuíam diplomas com as mesmas qualidades jurídicas dos diplomas das escolas de melhor nível de ensino. Somando a deterioração do valor simbólico do diploma de graduação com a deterioração acadêmica, foi estabelecida, ou intensificada, a política de Pós-Graduação, de modo a ressiabelecer o valor econômico e simbólico do diploma de nível superior. Este já não é mais um diploma de médico, advogado, etc., mas um diploma de Pós-Graduação. Na maioria das áreas, o Mestrado, e talvez daqui a alguns anos, o Doutorado. A função técnica do Pós-Graduação é fornecer mão-de-obra especializada para certos setores da economia, é de recuperar o valor econômico do diploma superior, que já não é mais o de graduação, é agora o diploma de Pós-Graduação. De modo que todas essas medidas se encaixam perfeitamente numa lógica de ferro que é de regular os mecanismos de acesso aos diplomas, que conferem graus diferentes de acesso aos níveis diferentes de poder, renda e prestígio.

*Intervenção não identificada de um professor secundário de São Paulo:* Gostaria de comentar o seguinte: é sobre a problemática que se costuma levantar sobre nível dos alunos. É comum dizer que o nível dos alunos é mais baixo, mas me parece que isto se relaciona com o saber na escola tradicional. Realmente queremos que os nossos alunos saibam muita Física, esse muito não é preciso para nós. Queremos que eles saibam muito, tenham um raciocínio abstrato excelente, compreensão. Mas muitos de nós não temos esse raciocínio ou essa compreensão.

*Resposta de Guaraciara:* Acho que não deveria responder a isso. Seria o caso de o Prof. Luís responder, porque o problema se refere à avaliação. Você sempre avalia algo em relação

a objetivos pré-fixados. Você elabora suas questões e utiliza vários tipos de avaliação que existem hoje em dia em termos de conhecimento. Utiliza provas comuns, provas **objetivas**, participação, analisa o crescimento do aluno como um todo. Quanto ao problema de nível, os professores estão assustados em relação ao nível do que ainda se considera importante do conhecimento, o que se chama de conhecimento acadêmico, isto é, o que ele sabe de Física. E eu não fri-sei isto como importante. Considerei **mais** importantes os comportamentos finais que **não são** os de conhecimento.